

Punir com severidade e justiça perturbadores da ordem social

— Presidente Samora Machel durante a 11.ª Sessão da Assembleia Popular

Nos trabalhos da recente 11.ª Sessão da Assembleia Popular, o Presidente Samora Machel fez uma longa intervenção a propósito das alterações à Lei dos Crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular. Na ocasião, analisou com detalhes as formas como os reaccionários se opõem hoje ao processo de libertação do Povo moçambicano. Na ocasião, ele deu par-

ticular realce à necessidade de se respeitarem os princípios de justiça para com o Povo, o que implica punições severas contra os perturbadores da ordem social. Pela sua importância, publicamos seguidamente na íntegra a intervenção do Presidente Samora Machel.

É interessante esta associação permanente em várias fases.

Face aos fracassos destas suas acções subversivas, começam a exigir que se realize o II Congresso fora de Moçambique e sem a participação dos militares, para eleger uma nova direcção. Para que nova direcção?

Para poderem realizar a sua ambição política e económica. Os ambiciosos políticos e económicos estão sempre associados. Uma nova direcção de ambiciosos. Eles tentam, ao mesmo tempo, paralisar a Direcção da Frelimo pedindo à OUA e ao Governo da Tanzânia para fechar os escritórios e suspender a direcção. Fracassam. Passam à fase dos assassinatos. Aqui é assassinado o nosso camarada Mateus Samsão Mutemba.

O nosso escritório em Dar-es-Salaam é assaltado por malfieiros e perturbadores, por agentes da PIDE. Apesar disso, o II Congresso realiza-se no interior do País. A linha política revolucionária é reafirmada e a direcção é reeleita. Redesinamos correctamente o inimigo.

Face a esta vitória, procuram estrangular a guerra de libertação e impedir a acção da Direcção revolucionária da Frelimo. Encerram a fronteira com a Tanzânia e intensificam a onda de assassinatos. Assim, o nosso companheiro de armas Paulo Samuel Kankhomba é assassinado em Dezembro de 1969.

O que esperamos quando os candongueiros avançam. Eles tomaram a direcção principal. E nós, qual é a nossa direcção?

Nkavandama e o seu grupo são suspensos e inicia-se um inquérito aos seus crimes. O Povo aperta o cerco contra os reaccionários e os exploradores. Então redobram as acções de subversão que culminam

envolveu-se. A solidariedade Internacional aumentou. A ajuda aumentou em material de guerra e apoio internacional.

Quando estamos divididos, dividimo-nos também os nossos amigos no exterior. Quando estamos confusos também confundimos os nossos amigos. Quando enfraquecemos o nosso combate também enfraquecemos a solidariedade internacional.

De novo surgem os que se querem aproveitar dos sacrifícios do Povo, os que desviam bens da solidariedade para corromper gente e explorar o Povo.

A Frelimo recebe camiões e viaturas, roupas, comida. Estes bens começam a ser desviados para fins pessoais, para bebedeiras, para zangafas, para a corrupção. Um camião em vez de estar a transportar munições, produtos, feridos, vai buscar cerveja e levar meninas à praia.

Viaturas são destruídas neste processo. Tivemos que tomar medidas drásticas. Por exemplo, os camaradas da Frente de Tete prenderam motoristas que destruíam viaturas e algumas vezes puniram esses malditos. Os acidentes pararam. Pararam os desvios de roupas e comida.

Mas nós hoje, quando um camião regressa de Xai-Xai para onde levou produtos, não se existe nenhum recibo, nenhum documento comprovativo de que entregou a mercadoria. O que acontece é que o motorista vende os produtos a meio do caminho entre Xai-Xai e Maputo e nós não agimos, com a agravante de ele ter gasto gasolina e pneus do Estado.

Já conhecemos este tipo de manfestações. Passámos por elas. O que é novo é a nossa passividade, o que é novo é a nossa condescendência. O que constitui fenómeno novo é esta passividade, é esta condescendência do nosso poder.

Tinham lugar outras acções do inimigo para subverter o nosso trabalho. Para destruir o esforço da educação infiltravam agentes que semeavam o pânico e a indisciplina no seio dos alunos. Infiltravam alunos cuja missão principal era serem agentes crescendo no nosso seio.

Estes agentes violavam raparigas para que os seus pais as retirassem das escolas. Infiltravam falsos doentes feridos nos hospitais. Infiltravam feridos com braços amputados, com os dedos cortados nos nossos hospitais e eram agentes do inimigo. Mas a sua missão principal era colher informações, criar contradições e desagregar a direcção. Mobilizaram os doentes, os enfermeiros, promoveram o curandellismo.

Nas nossas bases infiltravam grupos de prostitutas para corromper os comandantes da Frelimo.

Nas colunas de transporte de material infiltravam agentes para indicar ao inimigo, os caminhos por onde passava o Povo e os pontos de travessia nas fronteiras, os depósitos de material. Queriam assim impedir o abastecimento das Forças Populares e do Povo, bloquear as nossas exportações.

De novo o inimigo age para desmobilizar e atingir o moral do Povo e dos combatentes. Infiltrados queimam celeiros e machambas. Reaparecem panfletos e emissões de rádio em maconde, macua, nhanja e ajupe, para denegrir a direcção da Frelimo. Caluniam os dirigentes. Repetem que o que eles querem é viver bem enquanto os candongueiros sofrer. E o que fazem os candongueiros hoje. Repetem que o que a Direcção quer é entregar Moçambique aos Russos, aos Chineses, Voltam a insistir na ideia de que a guerra é eterna, que não vale a pena consentir sacrifícios, que são sacrifícios inúteis.

Os que difundem estas ideias são os mesmos colonialistas e exploradores. Procuram acampar nas cabeças dos nossos quadros. E, agora, estão de facto acampados!

Tudo isto não é novo. O que é novo é a nossa passividade, o que é novo é a nossa complacência.

Em 1972 analisamos a situação do Comité Central da Frelimo. O mérito deste Comité Central é grande. Detectámos as linhas principais da nossa acção: desenvolver a Frente Militar, a Frente Económica e a Frente Diplomática. Lançámos então a palavra de ordem de estudo, produção e combate. Desencadeámos, já nessa altura, a Ofensiva Generalizada em todas as Frentes.

O inimigo dizia que todas as dificuldades eram causadas pela Frelimo. Nós dissemos: não podemos comer aquilo que não produzimos, não podemos ficar só à espera do apoio do exterior. Somos nós que temos de criar as bases do nosso bem-estar.

Por isso dizemos que é decisiva esta luta.

Em 1973 desencadeámos o combate contra as ideias subversivas do inimigo. Era preciso desalojá-lo. Era preciso desalojar o inimigo físico infiltrado no comércio, nas cooperativas, nos transportes, nas Forças Populares, na educação, na saúde, em todos os sectores.

Lançámos a palavra de ordem: impermeabilizemo-nos contra as manobras subversivas do inimigo no seio dos combatentes e das massas. Ficou mais nítido o alvo das nossas armas: o colonialismo e o inimigo interno.

Mas nós hoje o que dizemos? Aclamamos que há fome, mas não queremos fazer o combate!

Senhores Deputados,

Hoje, como ontem, o inimigo utiliza o racismo, o regionalismo, o tribalismo. Mas hoje não tocamos nesses problemas porque recamos ter medo de enfrentar os nossos inimigos. Mas nós hoje o que dizemos? Aclamamos que há fome, mas não queremos fazer o combate!

Senhores Deputados,

Hoje, como ontem, o inimigo utiliza o racismo, o regionalismo, o tribalismo. Mas hoje não tocamos nesses problemas porque recamos ter medo de enfrentar os nossos inimigos. Mas nós hoje o que dizemos? Aclamamos que há fome, mas não queremos fazer o combate!

Senhores Deputados,

Hoje, como ontem, o inimigo utiliza o racismo, o regionalismo, o tribalismo. Mas hoje não tocamos nesses problemas porque recamos ter medo de enfrentar os nossos inimigos. Mas nós hoje o que dizemos? Aclamamos que há fome, mas não queremos fazer o combate!

A nossa atitude hoje desenvolve o racismo, o tribalismo. O nosso comportamento quotidiano desenvolve o regionalismo, desenvolve a estratificação da sociedade moçambicana.

A lei não é igual para todos. Dizem que a lei tem de ser flexível. Se adoptamos este comportamento, significa que declaramos que somos tribalistas, regionalistas, que somos racistas. Vamos declarar que não queremos a Unidade Nacional!

Hoje, como ontem, o inimigo também utiliza a calúnia, a intriga, o boato. Utiliza a sabotagem, o roubo, os panfletos, as emissões subversivas da rádio inimiga.

Hoje, como ontem, o inimigo também diz que todas as dificuldades são causadas pelo Governo da Frelimo.

Os bandidos armados e não armados que o nosso Povo hoje combate, têm a mesma natureza que os bandidos que enfrentámos desde o início da luta armada de libertação nacional.

Movemo-nos a sua natureza de exploradores, movemo-nos a vontade de viver à custa do trabalho do Povo. São pilhados, são percevejos, são caracaras, são pulgas, são parasitas instalados no nosso corpo. Fazem do nosso sangue o seu conforto e sentimento bem!

Temos de os eliminar. Eliminá-los com a mesma força, com a mesma violência que sempre utilizámos. Temos de utilizar contra eles a linguagem de punição que eles entendem. Se são as armas serão as armas que utilizaremos! (Aplausos).

Utilizaremos a luta armada de libertação nacional, ensinámos de forma dura o significado do roubo, do crime em qualquer forma, por mínimo que fosse — o ladrão de um só botão, de um par de peças era mostrado em público, era punido. Hoje temos de punir todos os ladrões, mesmo que tenham roubado um centavo, um meliaco.

Temos de punir severamente os que roubam nas empresas, nas cooperativas, nas Organizações Democráticas de Massas, nos bancos, nos Ministérios. — (Aplausos prolongados).

Infelizmente nem todos entendemos esta necessidade da mesma maneira. Há 9 meses que falámos ao Povo, em 22 de Junho de 1969, na Praça da Independência, sobre qual o tratamento que devíamos dar aos perturbadores da ordem social. Mas não fizemos nada. Porquê?

Porque um punhado de perturbadores da ordem, entinchados nas nossas estruturas, neutralizam a maioria, paralisam a força e a vontade do Povo. Nove meses passaram e ainda estamos a discutir o que fazer depois!

Só assim podemos disciplinar a sociedade, conseguirmos ter ordem, tranquilidade, solidariedade, fraternidade, num lugar como um campo de treino onde se agrupavam mais de mil pessoas vindas de lugares diversos, com experiências diversas e com níveis desiguais.

Assim fomos capazes de criar essa força poderosa e coesa que foi a nossa organização e que foi capaz de actuar como um só homem nas frentes política, militar e diplomática.

Essa é uma linguagem que tem eco nesta sala pois muitos desses estão aqui e sabem o caminho que foi necessário percorrer para chegarmos à vitória.

Esta foi a realidade quotidiana das Províncias em luta, nas zonas libertadas. Os estrangeiros que nos visitavam e asuçavam um pente ou uma cambicela, e apesar das dificuldades que tínhamos, eles iam recebê-lo mais tarde em Dar-es-Salaam, em Nairobi, em Nova Iorque, Londres, Moscovo, na Jugoslávia, nas suas próprias terras. Tínhamos educado a sociedade.

Foi por este caminho rigoroso e inflexível que a nossa luta ganhou a maior admiração, respeito — incluindo dos nossos inimigos — e inspirou os revolucionários de todo o mundo.

Mas hoje o que fazemos? Como punimos o traficante? O que fazemos a um saltador à mão-sagrada, a um violador de mulheres? Ao Povo deve aparecer como é que punimos cada um destes malfieiros.

O Povo tem que estar claro sobre qual a punição para um açambarcador, para o especulador, para o comerciante desonesto, para o candongueiro.

Os réguis tinham as suas leis e puniam estes crimes no seu regulado, apesar de serem analfabetos, tradicionalistas, conservadores. Puniam severamente e por isso não havia anarquia. Mas, esta magna, esta augusta Assembleia, este órgão Supremo do Estado revela-se inoperante para estabelecer a tranquilidade, a ordem.

O que é importante é punir, não é apenas com discussões que vamos resolver os problemas.

O BANDITISMO ARMADO

Senhores Deputados,

Quando tomámos o poder, encontramos os desertores da luta de libertação nacional, encontramos toda a escória social deixada pelo colonialismo.

Nas nossas cidades, vilas e aldeias, encontramos ladrões, assassinos, drocadas, saltadores à mão-armada, traficantes de toda a espécie.

Encontrámos a prostituição, os marginais. Encontrámos os boateiros, intriguistas, calculadores, os difusores

(Continua na pág. 4)

Senhores Deputados,

O momento que vivemos é crítico. Decide-se hoje, aqui nesta Assembleia, o futuro da nossa vida, o futuro das gerações vindouras, em síntese, decide-se o futuro do nosso Estado de operários e de camponeses!

Esta Sessão tem essa dimensão porque se dedica a discutir sobre os inimigos do povo moçambicano, sobre os inimigos da Revolução, da liberdade, da nossa independência.

Esta Sessão discute sobre os nossos inimigos, aqueles que não querem que sejamos homens livres e independentes.

Nesta sala, decide-se hoje a consolidação da Unidade Nacional, organiza-se a vitória da luta contra o regionalismo contra o tribalismo, contra o racismo.

Decide-se hoje, porque temos de desalojar os candongueiros, os agentes do inimigo que estão nos lugares-chave da aplicação da lei, do exercício do poder.

Os candongueiros, os especuladores não são camponeses simples que vêm para a cidade açambarcar produtos para depois os venderem a preços especulativos. Somos nós, os assimiados, a pequena burguesia que desviámos os produtos para a cidade, para a especulação.

Quem é o nosso inimigo? Não aplicamos a lei. Porquê? E não aplicamos a lei sobretudo quando se trata de alguém com «um estatuto social elevado», que «tem prestígio». Não sei onde essa pessoa conquistou o prestígio senão através da nossa independência. Que prestígio é esse?

Sejam de facto anti-racistas, anti-tribalistas, anti-regionalistas também na aplicação das nossas leis. Só assim exerceremos o poder, o nosso poder!

(Aplausos prolongados).

Obrigado!

O exercício do poder passa necessariamente pela definição correcta do nosso inimigo. Definindo correctamente o inimigo, definimos correctamente a nossa estratégia e a tática.

Como não fazemos isso, estamos confusos.

Senhores Deputados,

Acabámos de ouvir algumas intervenções sobre a alteração da lei dos crimes contra a Segurança do Povo e do Estado Popular.

Estas intervenções, juntando-se às contribuições recebidas durante a discussão das Teses do IV Congresso, levam-nos de novo a fazer uma reflexão acerca da legalidade no nosso País e das formas que devem assumir as penas, para que elas cumpram a sua tripla missão de educação, de dissuasão e de repressão.

No nosso País existem diferentes realidades sócio-culturais. E isso facilita a acção dos candongueiros. A complexidade social do nosso País, as especificidades da cultura e da tradição do nosso Povo, os princípios socialistas que orientam o nosso Estado, são o pano de fundo do conteúdo e da produção das nossas leis.

Esta complexidade de situações determina o modo como pela lei, o Estado deve garantir o respeito da ordem social, fazer prevalecer os direitos e interesses do Povo trabalhador.

As nossas leis são o reflexo do que somos e do que queremos ser. As nossas leis assimilam as experiências da nossa luta, respeitam o carácter e a vontade do nosso Povo, perspectivam o amanhã da nossa sociedade. A lei é um instrumento da realização dos nossos interesses. Os tribunais são instrumentos que defendem os interesses do Povo e reprimem a violação dos seus direitos e interesses.

A Lei, os Tribunais não são independentes das preocupações vividas e da luta concreta do Povo. A Lei, os Tribunais evoluem de acordo com a luta de classes.

A Lei e os Tribunais não são neutros, a justiça não é cega, ela deve ver a diferença entre o inocente e o culpado, entre o Povo e o explorador. Gega era a justiça colonial perante os direitos do nosso Povo, por isso condenava os patriotas e absolvía os torturadores da PIDE. Gega era a justiça capitalista perante os direitos dos trabalhadores, por isso espóliava os nossos camponeses das suas terras, submetia-os ao trabalho forçado, deportava os trabalhadores para São Tomé e Príncipe.

Foi contra isso, contra a justiça da lei dos opressores, contra a iniquidade dos Tribunais dos ocupantes que em 1962 criámos a Frente de Libertação de Moçambique.

A nossa luta foi, e é, será sempre, a luta contra a injustiça, contra a exploração.

Foi sempre nossa aspiração profunda criar uma sociedade livre, justa, cada vez mais desenvolvida. Uma sociedade em que a fraternidade constitui a base dinâmica da sua existência e da construção do futuro.

A nossa luta tinha como objectivo conquistar:

— o poder político
— o poder económico

O poder político já está conquistado. E o poder económico? A batalha que travamos hoje é a batalha pela conquista do poder económico. É uma

batalha que se desenvolve entre nós, no nosso seio.

Lutámos e vencemos, conquistámos o poder político. E a independência económica? Virá de bandeja? Não! É preciso lutar por ela. A independência económica conquista-se. Conquistamos através de batalhas sucessivas, mas nós recusamo-nos a travá-las.

Por isso, o inimigo ataca este sector vulnerável.

Cria as condições para entrar o nosso desenvolvimento económico. Destroica fisicamente. Infiltra os seus agentes alícticos para que abandonem os locais de trabalho e coloquem-se em sectores-chave da economia, mas nós recusamo-nos a travá-las.

O inimigo infiltra os seus agentes no aparelho do Estado. E nós aceitamos. Outros abandonam o aparelho de Estado, escolas, hospitais, empresas, para se dedicarem ao comércio e à candombiga. Mas ainda não vimos ninguém que abandonasse o aparelho de Estado para se dedicar à agricultura, à pesca, para ir à produção.

A luta contra os perturbadores da ordem social tem que ser encarada nesta perspectiva. Ela é parte da luta contra a exploração do homem pelo homem.

Perturbadores da ordem social são aqueles que se opõem à ordem social baseada em relações sãs, fraternas e solidárias entre os homens, relações baseadas no respeito e disciplina. No desejo de construir um futuro bom para os nossos filhos.

Os perturbadores desta ordem são elementos subversivos porque se opõem aos próprios fundamentos da nossa sociedade. Na nossa história destes últimos 20 anos adquirimos uma rica experiência de confrontação e destruição destas formas de subversão.

Aquilo que muitas vezes aparece como uma perturbação social era, na realidade, uma oposição aos nossos interesses mais sagrados.

O BANDITISMO DURANTE A LUTA ARMADA

Em 1962, o interesse do nosso Povo era unir todas as forças políticas, unir todo o Povo para derrubar o colonialismo. Os perturbadores de então contestavam Mondlane. Parecia que era uma divergência com uma pessoa. Constatou-se que não era.

Formaram numerosos Partidos que lutavam nos países vizinhos, todos eles subvencionados pela PIDE e outras agências imperialistas que hoje aparecem como defensores dos «direitos humanos». As suas ambições foram exploradas pelo imperialismo e pelo colonialismo para dividir o Povo e impedir a organização da luta armada. Fracassaram. Fugiram. Abandonaram as nossas fileiras e foram juntar-se ao colonialismo, directamente, fisicamente.

Em 1974/75 sob a aparência de explosão democrática, vimos de novo repetir-se a proliferação de Partidos. Todos eles preconizavam a independência. Todos eles se formavam em nome da liberdade. Por trás deles todos, organizava-se o inimigo feroz da liberdade. Por trás de todos eles estava o colonialismo e o racismo, estava a Rodézia de Smith, estava a África do Sul de Vorster.

Por isso, em 7 de Setembro tirámos a máscara e disparámos contra o Povo na ex-cidade de Lourenço Marques. E quando o Povo se ergueu correram para Selsbúria, correram para Pretória.

Em 1964, iniciámos a guerra de libertação. Os perturbadores da ordem concentraram os seus golpes contra a luta armada de libertação nacional.

Diziam, o que à primeira vista podia parecer justo, que os natiais de uma província deviam lutar na província de que eram originários. Na realidade, isso tinha por objectivo, de novo, dividir e enfraquecer o Povo; começámos a discutir onde é que cada um tinha nascido, em vez de nos concentrarmos na luta contra aquele que a todos nós oprimia.

Estes perturbadores organizaram então deserções em massa. Em Niassa, em 1965, quando a luta estava muito desenvolvida, desorganizaram batalhões inteiros e levaram-nos a desertar para o inimigo. O interessante é que esses batalhões tinham por missão ir reforçar precisamente a província donde era originária a maioria dos desertores, os componentes dos batalhões, incluindo os próprios comandantes dos batalhões.

Desenvolveu-se a guerra de Libertação. O exército colonial, as autoridades coloniais, começam a ser expulsos de várias regiões, começam a ficar confinadas em certas vilas, em certos quartéis.

Nas nossas zonas o Povo começa a organizar a produção e a administração da sua vida sob a direcção da Frelimo. A ideia da vitória começa a materializar-se. Então, e não é por coincidência, proliferam perturbações da ordem social que se estabelecem. Proliferam boatos e calúnias, particularmente dirigidas contra a direcção, contra as Forças Populares, contra os combatentes mais consequentes na luta contra o colonialismo.

Os mesmos que caluniam a direcção criam no seio da população o pânico, propagando enormes sucessos imaginários do inimigo, ameaçando o Povo dos maiores massacres, acusando os combatentes de passividade e indiferença perante o sofrimento do Povo.

Estas formas de acção do inimigo são velhas. Conhecemo-las.

Por isso, quando alguns vêm dizer

que é preciso estabelecer a concórdia e a paz entre todos os moçambicanos, perguntamos: quem são estes? Nani awa?

São estes que dizem que os estudantes devem continuar no exterior para elevar os seus conhecimentos e poupar as suas vidas para a etapa da independência em que serão necessários como dirigentes. Diziam que os alunos devem ser livres de escolher o que devem estudar para realizar a sua vocação. E isto que também ouvimos hoje.

É curioso que quase 20 anos depois se venham a repetir os mesmos temas. A Rádio «Zumbum» difunde esses temas. Os inimigos da liberdade, os inimigos da educação para todos, são os primeiros a quererem apresentar-se como defensores da liberdade, como defensores da qualidade do ensino. São os que assassinam professores, queimam escolas, raptam alunos, mutilam e violam alunos, que têm nas nossas cidades os seus cúmplices que pela palavra e o panfleto, pelo boato e a calúnia, tentam destruir a educação.

Em 1967, com a libertação da terra, surgem os primeiros esforços de produção livre nas cooperativas de produção e comércio. É tempo de guerra, de dificuldades, tempo em que a aviação e a soldadesca colonial bombardeiam, incendiam, pilham, devastam machambas, celeiros, lojas do povo, povoações.

Como pilhos que se alimentam de sangue, surgem os novos exploradores da ordem?

Atacam a Unidade Nacional — força principal do Povo, nosso instrumento inalienável, instrumento da vitória. Começam campanhas racistas. Começam campanhas tribalistas e regionalistas. Começam campanhas religiosas.

Por acaso o que assistimos hoje? São por acaso as campanhas para lenegrir o poder, para atacar a nossa linha política revolucionária, popular?

Como pilhos que se alimentam de sangue, surgem os novos exploradores



Falando na 11.ª Sessão da Assembleia Popular, o Presidente Samora Machel sublinhou a necessidade de fazer dos tribunais um instrumento de aplicação do Poder Popular como meio de combater a acção do inimigo contra a Revolução

É por acaso que os tribalistas, os racistas, os regionalistas, os reaccionários fanáticos,

res, os candongueiros de então, Lázaro Nkavandama toma conta das cooperativas. Silvério Nungo desvia produtos dos armazéns. Esses mesmos produtos vão reaparecer em lojas de Nungo, Nkavandama e associados, para explorar o Povo. Assim, quem aceita trabalhar dois dias na machamba de Lázaro ou do seu grupo, recebe um púcaro de açúcar, um púcaro de sal.

Explorando as dificuldades da guerra, Lázaro e o seu grupo abrem lojas, acumulam milhões de shillings nos bancos da Tanzânia.

Quando esta acção é desmascarada pelo Povo, os novos exploradores passam a utilizar outros métodos de perturbação da ordem social nas zonas libertadas. Para criar o descontentamento no seio das populações procuram, de uma forma mais subtil, mas insidiosa, agravar as dificuldades que já existem. Organizam marginais para esconder e queimar os produtos. Conduzem os colonialistas portugueses para pilhar e destruir as machambas de cereais, mandioques, amendoim, castanha, gergelim.

Tomam a direcção das cooperativas de produção e comércio. Tentam controlar a produção para a desorganizar, impedindo assim o abastecimento das escolas, dos hospitais, dos infantários e das próprias bases militares. Visam demonstrar que os sa- crifícios que a luta exigia são uma fatalidade sem fim e que a causa desta fatalidade é a luta de libertação nacional, é a vontade de independência do nosso Povo.

E repetem isso hoje. Dizem que as dificuldades que vivemos é por causa da independência.

Derrotámos o inimigo. A luta de-

com o assassinato do Presidente Eduardo Chibambo Mondlane, na expectativa certa de que iriam usurpar o poder.

Definimos a tempo a direcção da nossa luta: impedir que os reaccionários tomem o poder e, ao mesmo tempo, desenvolver a luta armada. Eram duas tarefas paralelas.

Os reaccionários não tinham em conta que combatentes e o Povo haviam assumido o sentido e a causa da libertação.

A Sessão do Comité Central de Abril de 1969, trava o processo da reacção, desmascara, expõe os criminosos e traidores, malditos e malfieiros. Estes, sem terreno e sem Povo, juntam-se abertamente aos colonialistas para combater a Frelimo e dirigir massacres contra o Povo. E fizeram-no.

Os colonialistas, nesse momento, acreditam no enfraquecimento da Frelimo com a morte de Mondlane e as numerosas deserções de dirigidos reaccionários que eram membros do C.C. Com as informações que recebiam, desferem aquilo que eles pensavam que seria o golpe final, o golpe de misericórdia contra a nossa vontade de libertação — desencadeiam a Ofensiva No Górdio.

E hoje, estamos à espera de que? De um novo No Górdio com os candongueiros, no campo e na cidade, que desfilam com a bandeira da reacção desfilada?

Durante a luta tivemos o mérito de sempre fazer a purificação das nossas fileiras. Essa é uma das qualidades de todo o revolucionário e deve ser exercida em todas as fases.

Derrotámos o inimigo. A luta de-

com o assassinato do Presidente Eduardo Chibambo Mondlane, na expectativa certa de que iriam usurpar o poder.

Definimos a tempo a direcção da nossa luta: impedir que os reaccionários tomem o poder e, ao mesmo tempo, desenvolver a luta armada. Eram duas tarefas paralelas.

Os reaccionários não tinham em conta que combatentes e o Povo haviam assumido o sentido e a causa da libertação.

A Sessão do Comité Central de Abril de 1969, trava o processo da reacção, desmascara, expõe os criminosos e traidores, malditos e malfieiros. Estes, sem terreno e sem Povo, juntam-se abertamente aos colonialistas para combater a Frelimo e dirigir massacres contra o Povo. E fizeram-no.

Os colonialistas, nesse momento, acreditam no enfraquecimento da Frelimo com a morte de Mondlane e as numerosas deserções de dirigidos reaccionários que eram membros do C.C. Com as informações que recebiam, desferem aquilo que eles pensavam que seria o golpe final, o golpe de misericórdia contra a nossa vontade de libertação — desencadeiam a Ofensiva No Górdio.

E hoje, estamos à espera de que? De um novo No Górdio com os candongueiros, no campo e na cidade, que desfilam com a bandeira da reacção desfilada?

Durante a luta tivemos o mérito de sempre fazer a purificação das nossas fileiras. Essa é uma das qualidades de todo o revolucionário e deve ser exercida em todas as fases.

Derrotámos o inimigo. A luta de-

com o assassinato do Presidente Eduardo Chibambo Mondlane, na expectativa certa de que iriam usurpar o poder.

Definimos a tempo a direcção da nossa luta: impedir que os reaccionários tomem o poder e, ao mesmo tempo, desenvolver a luta armada. Eram duas tarefas paralelas.

Os reaccionários não tinham em conta que combatentes e o Povo haviam assumido o sentido e a causa da libertação.

A Sessão do Comité Central de Abril de 1969, trava o processo da reacção, desmascara, expõe os criminosos e traidores, malditos e malfieiros. Estes, sem terreno e sem Povo, juntam-se abertamente aos colonialistas para combater a Frelimo e dirigir massacres contra o Povo. E fizeram-no.

Os colonialistas, nesse momento, acreditam no enfraquecimento da Frelimo com a morte de Mondlane e as numerosas deserções de dirigidos reaccionários que eram membros do C.C. Com as informações que recebiam, desferem aquilo que eles pensavam que seria o golpe final, o golpe de misericórdia contra a nossa vontade de libertação — desencadeiam a Ofensiva No Górdio.

E hoje, estamos à espera de que? De um novo No Górdio com os candongueiros, no campo e na cidade, que desfilam com a bandeira da reacção desfilada?

Durante a luta tivemos o mérito de sempre fazer a purificação das nossas fileiras. Essa é uma das qualidades de todo o revolucionário e deve ser exercida em todas as fases.

Derrotámos o inimigo. A luta de-

A Revolução deve saber defender-se

— exorta Presidente Samora Machel na 11.ª Sessão da Assembleia Popular

(Continuado da pág. 3)

- de pânico e de falsos rumores, os lançadores de panfletos.
- Encontramos todo este tipo de elementos anti-sociais. Era necessário retirar-lhes campo de acção. Criámos os centros de reeducação. Colocámos na defensiva. Passámos a viver num clima de tranquilidade social.
- O inimigo começa a agir de outras formas.
- Recorre a outros meios de subversão, de sabotagem, de enfraquecimento do nosso poder. Promove a indisciplina, a negligência, a apatia, o burocratismo nas empresas, nos hospitais, nas escolas, nos serviços. Promove a destruição de máquinas, o roubo. Bloqueia a circulação dos produtos. Ataca as nossas conquistas. Procura desacreditar as nacionalizações.
- A Rodésia do Sul é utilizada como plataforma de agressão.
- Smith organiza, destrói e assassina. Smith organiza e infiltra no nosso País os primeiros grupos de bandidos armados, antigos desertores da Frente de Libertação de Moçambique, traidores, malfatores, criminosos foragidos à justiça popular.
- Mais uma vez aparecem os panfletos, as emissões de Rádio, os rumores alarmistas, as acções de terrorismo na cidade. As nossas Forças de Defesa e de Segurança, a Vigilância Popular neutralizam e eliminam estas acções inimigas.
- Com a independência do Zimbabwe. Senhores Deputados, é a África do Sul racista que passa para primeiro plano na agressão. Ela reorganiza os bandidos, cria as bases para os treinar, organiza emissoras para lançar a confusão. Da armas e munições, fardas e alimentação, infiltra, indica as tarefas a cumprir e as suas acções, define os alvos. Estes são os bandidos armados de hoje.
- A tarefa dos bandidos é fazer das armas fornecidas pelos sul-africanos, instrumentos de instalação de terror no seio da população. Instrumentos de paralisção da produção e das nossas instituições no campo. A sua cobardia, a sua falta de escrúpulos, o seu despudor, leva-os a agir no seio da população indefesa:
- mutilam camponeses. Cortam orelhas, lábios, narizes. Cortam os seios das mulheres;
- matam fiantemente as crianças que choram o assassinato das suas mães;
- violam sadicamente menores na presença dos seus pais. E alguns vêm dizer que é preciso estabelecer a concordia e paz com eles!
- raptam e violam mulheres grávidas e mulheres parturientes de 1 ou 2 meses e obrigam-nas a longas marchas. Onde está a moral?
- raptam meninas das escolas para satisfazer os seus instintos animais;
- raptam irmãos de caridade a fazer delas seus instrumentos de prazer. Onde está a moral e a

- ética? Onde estão as organizações que defendem os direitos humanos e obrigam-nas a longas marchas;
- destroem missões, raptam missionários e obrigam estes a abençoar os seus actos criminosos. Onde está a moral e a ética?
- raptam e assassinam barbaramente os membros do Partido, membros dos grupos dinamizadores, deputados, milícias populares, cooperativistas;
- arraçam Aldeias Comunitárias;
- raptam e assassinam professores, alunos e enfermeiros;
- raptam cooperantes;
- atacam comboios e machimbombos e assassinam os seus passageiros;
- queimam celeiros, destroem sementeiras;
- roubam gado, queimam os tractors;
- destroem escolas, o material escolar;
- assaltam os centros de saúde, queimam o material hospitalar e os medicamentos;
- assaltam e saqueiam as cooperativas e as lojas;
- destroem fábricas que produzem bens para o nosso povo;
- atacam acampamentos de trabalhadores que constroem as nossas estradas, as nossas pontes, que electrificam o nosso País;
- sabotam os abastecimentos de água às cidades afectando a vida de dezenas de milhares de pessoas;
- sabotam a energia eléctrica afectando gravemente hospitais, escolas, fábricas e a vida do povo. Onde está a moral e a civilização? Onde estão os defensores dos direitos humanos?
- sabotam as linhas férreas, descarrilam comboios, minam as estradas e destroem vidas;
- sabotam os nossos depósitos de combustível para impedir que circulem os transportes, as máquinas agrícolas, para forçar os países vizinhos a continuarem a depender da África do Sul racista.

O BANDITISMO NÃO ARMADO

Senhores Deputados,

Os bandidos armados não são o único instrumento que a África do Sul utiliza contra a República Popular de Moçambique.

A acção desestabilizadora da África do Sul contra o nosso País é global:

- os bandidos armados destroem, assassinam, mutilam, matam e equiparam militar dos racistas sul-africanos. A destruição física e o assassinato frio são as principais tarefas para eles planificadas;
- os outros bandidos estão infiltrados nas nossas instituições e no seio do povo. São a força de reserva. São o seu instrumento de subversão; são o instrumento de

acção psicológica de desestabilização. São bandidos que utilizam a arma da corrupção, do suborno, do boato, da intriga, da mentira. Estes agem principalmente nos centros urbanos.

São os marginais, drogados, os que vivem da prostituição — instrumento do inimigo para criar a degradação moral.

São os boateiros, os fomentadores da intriga, da calúnia, dos rumores falsos, os lançadores de panfletos, — instrumento do inimigo, para provocar a desestabilização psicológica, o desânimo, a desconfiança do povo para com a Revolução.

São os ladrões, assassinos, galeiros de mão-armada, os violadores de menores, os criminosos, raptadores, traficantes de drogas, traficantes de divisas, contrabandistas de toda a espécie — instrumento do inimigo para criar a intranquilidade, a instabilidade e desestabilização social.

São os cangandeiros, os especuladores, os apambarcadores, organizadores da fome, das carencias e da miséria — instrumento do inimigo para lançar o caos económico.

São os burocratas, os sabotadores das empresas, os esbanjadores dos bens da produção, os organizadores e cúmplices das desvios — instrumento do inimigo para minar o nosso Estado Popular.

Actuam nas escolas, lançando boatos e panfletos para criar o medo nas nossas crianças. Manifestam-se no bazar, desorganizando as bilhas, escondendo os produtos, vendendo-os em divisas e a preços especulativos. Prandamos e punamos estes homens! — (Aplausos)

Lançam rumores falsos nos lugares públicos, nos cinemas, nos machimbombos, nos recintos desportivos.

São alifantados da desinformação das emissoras do inimigo.

Fomentam o burocratismo, a apatia, a negligência no aparelho de Estado. Actuam na APIE, nos serviços do Registo Civil, actuam no Comércio, na Polícia, nas Instituições Judiciais, no aparelho de Segurança.

Calculam os membros da direcção do Partido e do Estado.

Organizam o desaparecimento dos produtos dos circuitos normais do abastecimento para a especulação.

Fazem os comboios das mercadorias para atravessarem a cangaça dos produtos. Fazem desaparecer produtos dos camiões a meio do caminho.

Organizam o roubo e contrabando de camarão, das pedras preciosas, e outros produtos que trazem divisas ao nosso País. Organizam negócios ilícitos a coberto de transacções comerciais com o exterior, principalmente no negócio das madeiras.

Denigrem a contribuição que dão os cooperantes, em particular os dos países socialistas.

São estes perturbadores da sociedade, da ordem social que, tal como no passado, afirmam que as dificuldades que vivamos são por culpa do Partido e do Governo.

São estes elementos que estão contra a natureza popular do nosso Estado.

Senhores Deputados,

Sabemos que, para quem não tem moral, para um assassino profissional, a prisão não representa nada. Para os habituados da prisão, ser preso é ser levado para junto dos amigos, é ter carne e comida gratuita, é, no fundo, ir fazer uma cura de repouso, uma cura à tensão nervosa.

E mais, dentro da prisão aprendem novas técnicas, arranjam novos sócios para as quadrilhas, definem novos planos de crime.

E tudo isto é financiado pelo nosso orçamento. A nossa economia enriquece os cangandeiros. A nossa economia alimenta os ladrões e estes perturbadores sem escrúpulos e sem vergonha nas prisões.

São estes exploradores que contribuem para o financiamento de toda a espécie de bandidos.

O EXERCÍCIO DO PODER POPULAR

Para a liquidação dos bandidos armados, já foram tomadas medidas de carácter organizacional e operativo cujos efeitos já começaram a sentir. Falta implementar em Maputo.

(APLAUSOS)

Mas não agimos energicamente contra os perturbadores da ordem social. Hesitamos em punir severamente os criminosos porque são nossos primos, nossos tíos, nossos sobrinhos. Porque enquanto membro do Governo não podemos ser comerciantes, então alguns roubam ao Estado e dão ao primo, ao sobrinho, ao tio para fazer cangaça.

Não só a acção das nossas estruturas de poder é fraca, como chegámos ao cúmulo de dificultar a participação popular no processo de punição dos exploradores.

Isto significa que recusamos que o nosso País esteja em profundo processo de transformação.

Por isso não estudamos profundamente a sociedade. As penas que aplicamos não encontram impacto no seio do povo. Punimos da mesma forma os diferentes estratos de criminosos. Sobrevigoramos para todos estes estratos, o efeito exemplar da punição no plano psicológico. Um ladrão profissional, um cangandeiro, um marginal, o que significa para ele ir ao Tribunal? Ele é um marginal! Um marginal tem o sentido do impacto social das suas acções criminosas?

Para um ladrão, ser algemado e ser levado para a cela, tem algum impacto na sua consciência? Um homem com outro nível de educação e cultura, algemado, poderá olhar para os lados se passar na rua? Já imaginaram o impacto que isso tem na sua vida familiar, junto dos seus amigos, para si próprio?

O marginal tem este sentido? A nossa lei não evolui. A punição deve atingir a consciência do infractor. A mera prisão de um marginal não avança nada, os Senhores Deputados vão dizer o que devemos fazer.

Contudo, algumas das nossas leis ainda não exprimem o sentimento popular; algumas das nossas leis ainda não se adequam à realidade cultural do nosso País. Prevêm penas que o povo entende que não são as mais adequadas para a punição dos criminosos.

Por outro lado, na aplicação da lei nos nossos Tribunais, ainda há pessoas que não assumiram na prática os princípios da justiça popular. Continuam presas à filosofia jurídica do colonial-capitalismo.

Isto leva-nos a reflectir sobre a

própria concepção de administração da justiça como parte integrante do exercício do poder popular.

Os Tribunais que criámos são efectivamente populares ou são a fachada que esconde os antigos tribunais de comarca?

Quem são os que estão nos Tribunais?

São aqueles que deixaram de ser motoristas, continuando nas escolas, serventes, enfermeiros, burocratas, escrivães, dactilógrafos, os incompetentes que estavam no aparelho de Estado. São os que eram seminaristas.

Muitos deles são velhos que já não têm nada de novo para contribuir. Não conhecem a sociedade moçambicana, não conhecem o conteúdo político, ideológico, moral e social que cada decisão contém. E agora são bacharéis em direito!

São estes marginais que estão nos Tribunais. Alguns deles vão ser desencartados para regressar à profissão anterior.

(APLAUSOS)

São eles que aplicam as leis da República Popular de Moçambique nos nossos Tribunais. São eles que neutralizam todo o nosso aparelho de repressão. Por isso, decidimos aqui que a Faculdade de Direito é encerrada por algum tempo.

(APLAUSOS PROLONGADOS)

Os magistrados que trabalham nos Tribunais são movidos pelo princípio de servir o povo ou são representantes da ideologia da justiça burguesa?

Os chamados «defensores populares» contribuem para a descoberta da verdade e do crime, com o intuito de servir o povo, ou são os mais imitadores dos advogados do capitalismo?

Deve usar-se a expressão defensor popular para designar os defensores do réu? Se eles são denominados defensores populares, que interesses defendem e representam então os delegados do Procurador da República e os Juizes?

Será que o povo participa efectivamente na administração da justiça, ou os reflexos e atitudes de classe de certos Juizes pedem ainda a participação popular?

Porque é que as cadeias estão cheias de presos que aguardam durante longos meses o seu julgamento?

Por que não se julgam os criminosos nos locais de residência, nos locais de trabalho, ou mesmo onde o criminoso praticou o crime, envolvendo, no julgamento, as populações que foram vítimas dessas acções anti-sociais?

Estas reflexões conduzem-nos a algumas conclusões fundamentais:

- o exercício do poder não está a ser exercido com o rigor e severidade que o povo exige. O nosso poder está divorciado das aspirações do povo.
- isto abre brechas no nosso seio para a infiltração do inimigo.
- o Ministério da Defesa Nacional que garante a soberania e a integridade territorial do nosso País;
- o Ministério do Interior que faz respeitar a lei e a ordem;
- o Ministério da Segurança que organiza a defesa e a Segurança do Estado Popular;
- o Ministério da Justiça que supervisiona os Tribunais, que julgam os infractores, e a Procuradoria da República que controla a legalidade.

— em consequência, surge a desmobilização popular, as pessoas passam a ser complacentes com as acções dos perturbadores da ordem social.

As pessoas interrogam-se: para que denunciar, se o criminoso não é punido, se regressa ao local do crime e ameaça os cidadãos que o denunciaram cumprindo honestamente o seu dever cívico?

Não sabemos corresponder ao entusiasmo popular para punir rigorosamente e exemplarmente os bandidos não armados. Deixámos arrefecer a água e agora queremos fazer o chá com água fria. Não se pode tomar chá assim!

O Povo está desmobilizado por causa do nosso comportamento, por causa da nossa convicção com os cangandeiros.

— a prática actual revela que há juizes que não assumiram o princípio de que a política está no posto de comando, que a administração da justiça serve os objectivos políticos da nossa Revolução.

Os Tribunais têm que assumir que são um instrumento importante na edificação da sociedade socialista.

A independência dos juizes consagrada na Constituição não pode ser confundida com independência perante o Estado socialista, perante o povo.

Não podemos permitir que o apuramento da gravidade do crime seja obstruído em nome da defesa do criminoso.

Não podemos permitir que o apuramento da gravidade do crime seja obstruído em nome da defesa do criminoso.

SENHORES DEPUTADOS,

Contra o capitalismo com o seu cortejo de exploração e miséria, com a sua corte de privilégios para os grandes e injustiça para os pequenos, afirma-se a Revolução.

A Revolução transporta consigo o humanismo, o amor, a fraternidade, a solidariedade entre os homens.

Os Tribunais devem reflectir estes valores. A melhor forma de exprimir estes valores, é os Tribunais punirem com rigor as acções desumanas dos perturbadores da ordem social.

Lutamos com as nossas armas para conquistar a paz.

Lutamos com as nossas armas para estabelecer a justiça.

Com as nossas armas na mão sempre sobemos a defender a nossa conquista, sempre sobemos a defender o Poder Popular.

A lei que vamos ratificar é também uma arma para a defesa da paz e da ordem social. É uma arma para a defesa da nossa Revolução. Sabemos aplicá-la com rigor, inspirados pela vontade e pelo sentimento popular.

Uma Revolução que não se sabe defender, não é Revolução!

Obrigado!

(APLAUSOS PROLONGADOS)

Uma economia contra bandidos e contra fome

— destaca 11.ª Sessão da Assembleia Popular ao analisar situação económica do País

«A nossa economia tem de ser uma economia que não pode desviar-se das nossas preocupações fundamentais: o banditismo e a fome. Não podemos utilizar os nossos meios e as nossas capacidades para alimentar um aparelho de Estado burocrático, para aumentar salários a parasitas e corruptos» — esta uma das conclusões centrais do debate surgido na 11.ª Sessão da Assembleia Popular em torno do Plano Estatal Central e do Orçamento para 1983.

Esta questão central, bem como outras de grande importância:

- Na Sessão de trabalhos de ontem, à tarde, analisámos a vida económica e financeira do nosso País, ao tratarmos do Plano Estatal Central e do Orçamento Geral do Estado para 1983, que constituiram os pontos 2 e 3 da nossa Agenda.
- Começámos por tratar do Plano Estatal Central para 1983, que nos foi apresentado pelo Senhor Ministro do Plano, Deputado Mário Manchungo. Fizemos uma breve análise de que foi a realização do Plano no ano passado e examinámos a situação da nossa economia.
- Ao debruçarmo-nos sobre a actual situação económica, constatámos que em 1982 o desenvolvimento económico do País se processou a ritmos de crescimento que ficaram aquém dos ritmos que tinham sido programados e que todos nós aprovámos aqui na Assembleia Popular.
- Apontámos como factores principais desse incumprimento:
- Os efeitos da crise mundial do sistema económico capitalista que provocam graves efeitos sobre a nossa economia — os preços dos produtos que importamos são cada vez mais caros e os produtos que exportamos são mais baixos;
- Os efeitos da guerra não declarada que o regime racista de Pretória move contra o nosso País e;
- As calamidades naturais, nomeadamente as secas que são as mais graves dos últimos cinquenta anos.
- Trata-se de factores que tiveram, e que em certa medida continuam a ter, consequências extremamente graves para a nossa economia. Mas não são os únicos: há também factores que se situam no plano interno e que tivemos ocasião de referir.
- As dificuldades com que nos debatemos no nosso dia a dia são em grande medida resultado desses factores de ordem interna.
- Citámos alguns dos exemplos mais

salientes:

- A falta de conhecimento concreto da realidade que é objecto do plano, que conduz à planificação de gabinete, desfasada da realidade;
- A ausência de uma avaliação prévia do esforço necessário para realizar o plano;
- A falta de consciência da necessidade de cumprir os planos que nós próprios aprovámos;
- A existência de desvios em relação às prioridades definidas no plano e à direcção principal do trabalho;
- A descoordenação entre as estruturas e a falta de controlo na realização do plano, nomeadamente no que respeita ao escoamento dos produtos, à comercialização e ao abastecimento do povo;
- O desvio de esforços que deviam ser concentrados principalmente a nível interno na produção e que no entanto são gastos em numerosas e dispendiosas deslocações ao exterior;
- A falta de preocupação em assegurar a existência de quadros moçambicanos que devam ser formados pelos técnicos cooperantes que trabalham em diversos projectos. Os elementos mais fracos são os que são escolhidos para serem formados;
- A colocação de técnicos nos gabinetes de directores a produzirem volumes de papel sem inspiração na nossa realidade.

Estes e outros factores contribuem largamente para que o nosso País viva uma situação económica muito difícil.

O Plano Estatal Central de 1983 reflecte os efeitos conjugados da situação política e económica, nacional e internacional.

Os objectivos do plano são: combater a fome e combater o banditismo.

A realização das tarefas do Plano cabe a todos os trabalhadores moçambicanos e em particular aos deputados da Assembleia Popular e das demais Assembleias do Povo.

tância foram particularmente frisadas em vários improvisos do Presidente Samora Machel quando, em distintas ocasiões, interveio sobre o assunto, que mereceu igualmente a contribuição de alguns outros deputados.

Estas múltiplas contribuições foram sintetizadas pela Comissão Permanente da Assembleia Popular que, no plenário seguinte a daqueles debates, apresentou um documento que pela sua importância passamos a transcrever na íntegra.

Concluimos que devemos assegurar a formação dos nossos melhores quadros para que assumam as tarefas decisivas. Neste contexto, realçamos de novo que devemos organizar o trabalho dos cooperantes ou técnicos estrangeiros no nosso País, de modo a realizarem com prioridade a formação de quadros moçambicanos.

Os técnicos devem estar onde a sua técnica deve ser utilizada. Devem estar na produção, na machamba, na empresa, no hospital, na escola, na investigação.

Os directores devem dirigir a produção, estar directamente nos locais que dirigem, trabalhar directamente nos locais prioritários onde se mata a fome, onde se garante o escoamento dos produtos, onde se faz a distribuição e o consumo. Devem trabalhar directamente com os colectivos de direcção e os colectivos de trabalhadores na machamba, na empresa, na cooperativa.

Consideramos necessário estruturar a inspecção, o controlo para que as tarefas, em particular no âmbito da economia, sejam correctamente cumpridas e a direcção principal ser sempre assegurada.

Ao analisarmos o Projecto de Lei do Plano Estatal Central de 1983, concluímos que o Plano Estatal Central de 1983 é realizável e o sucesso da sua realização depende essencialmente do esforço dos trabalhadores moçambicanos, do esforço redobrado de todos nós. Depende do modo como as Assembleias do Povo em cada escalão, o Conselho de Ministros, os Governos Provinciais e os Conselhos Executivos dirigirem, trabalharem, exercerem o nosso poder.

Reafirmamos que os projectos económicos e sociais devem resultar de uma análise e investigação que parta do concreto, do conhecimento dos próprios locais em que se vão implantar, da previsão dos meios necessários e da forma de os obter. Saber quando e onde devemos construir a estrada para o escoamento; quando e onde necessitamos do mecânico, do soldador, da dactilógrafa. Vimos que temos que construir os projectos de modo integrado e que têm de ter direcção.

Decidimos que nas nossas actividades há uma direcção principal que deve ser respeitada. As prioridades são definidas para assegurar que as tarefas se realizem para alcançarmos a direcção, para concretizarmos o objectivo principal.

A nossa direcção principal é: eliminar os bandidos armados e não armados e vencer a fome.

As nossas prioridades são:

- Agricultura, indústria, comércio externo, portos e transportes de superfície.

Examinámos depois o Orçamento do Estado de 1983.

O Senhor Deputado Rui Baltazar, ao introduzir o Projecto de Lei Orçamental, referiu o montante das receitas correntes que o Estado terá de obter e definiu as prioridades na afectação desses recursos e os seus limites.

No que respeita à aplicação das receitas do Estado, verificamos que a Lei Orçamental dá uma prioridade de destaque às despesas a realizar nos sectores da Defesa e Segurança, garantidas pela soberania e da integridade territorial.

Este facto decorre da situação de guerra não declarada que a África do Sul racista move à República Popular de Moçambique.

Como segunda prioridade e ainda com grande relevância, os recursos do Estado são canalizados para os sectores da Educação e da Saúde — deste modo prosseguem as acções para a melhoria das condições sociais do nosso povo.

A Lei Orçamental para 1983 dá corpo à introdução do Sistema Nacional de Educação em todo o País e permite a extensão e melhoria dos serviços de Saúde.

Vimos que o Estado vai gastar seis mil milhões e oitocentos mil contos para a Educação e a Saúde, e isto representa sem dúvida avanços significativos na vida do nosso povo.

O Senhor Deputado Rui Baltazar referiu ainda que parte das receitas do Orçamento serão canalizadas para subsidiar preços de certos produtos, em especial o milho, a farinha do milho, o arroz, o trigo, o óleo alimentar, o sabão, os combustíveis e os pesticidas para a produção familiar — esta é uma forma que o Estado tem para promover a redistribuição de rendimentos, procurando beneficiar as camadas da população com menores rendimentos.

Vimos também que se verificam graves insuficiências na planificação e no controlo financeiro das empresas e organismos do Estado.

A gestão e o controlo financeiros não são assumidos na totalidade como uma questão séria.

Deste campo ao liberalismo, ao abuso, à desorganização.

Há convicção com o roubo e com a sabotagem. Há acções premeditadas para facilitar os desvios de utilização dos dinheiros. E o que é mais grave é que permanecemos indiferentes ao desvio de dinheiro e bens do Estado.

Passamos a ser também convenientes.

Somos por isso obrigados a, atrá-

reilha burocrático e administrativo e aumentar a capacidade do aparelho produtivo;

- prosseguir na edificação de um aparelho de Estado simples, operativo e actuante instituímos uma administração simplificada.
- Temos que fortalecer a gestão e o controlo financeiro, de maneira a controlar os gastos e a garantir a aplicação adequada dos dinheiros do Estado, acabando com os roubos, as fraudes, os desvios e os abusos, que são crimes que têm de ser fortemente punidos.
- Temos que implementar um regime severo para poupar, para economizar. Poupar cada centavo em tudo o que for possível, eliminar o esbanjamento.
- Praticar a austeridade de modo constante e canalizar para a luta contra os bandidos e para a luta contra a fome todo e cada centavo. Poupar cada metical é fortalecer a nossa Revolução.
- Ser austeros em cada acto da nossa vida tem que constituir nossa maneira de ser.
- Com trabalho árduo, sacrifício, austeridade, organização, disciplina, engajamento na execução das tarefas, espírito patriótico, vigilância para detectar e punir os abusos e desvios, venceremos o camião.
- O Socialismo não se constrói com liberalismo, com esbanjamento, com a preguiça, com a impuntualidade, com o desleixo, com o espírito de rotina, espírito de deixar andar.
- Os dinheiros do Estado são fruto do trabalho e das contribuições dos operários, camponeses e de milhões de trabalhadores moçambicanos e por isso não devem ser esbanjados arbitrariamente.
- Nós estamos, de facto, em guerra: guerra contra a fome e guerra contra os bandidos.
- Tenhamos consciência de que a nossa economia tem de ser uma economia que não pode desviar-se das nossas preocupações fundamentais: o banditismo e a fome. Não podemos utilizar os nossos meios e as nossas capacidades para alimentar um aparelho de Estado burocrático, para aumentar salários a parasitas e corruptos.
- Esta foi o trabalho que realizámos ontem à tarde e as conclusões que tirámos.

— provocar insatisfação.

- gerar instabilidade social.
- desvalorizar a nossa moeda nacional que deixa de ser aceite como meio de troca.
- Vimos que só com o desenvolvimento real da nossa economia é que poderemos ultrapassar as dificuldades financeiras que enfrentamos. Os recursos adicionais que necessitamos terão de resultar da mobilização das nossas próprias forças. — A Defesa tem que produzir para o seu abastecimento alimentar. As escolas têm de produzir para a melhoria da sua dieta e contribuir com produtos para a produção nacional.
- Há outras acções que têm que ser concretizadas para que a situação financeira melhore:
- Devemos prosseguir com maior vigor a censura política e organizacional com vista a
- eliminar o burocratismo, o imobilismo, a apatia, o sectarismo, o dirigismo, o autoritarismo, a descoordenação — características ainda do aparelho de Estado;
- diminuir o enorme peso do apa-